

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sergio
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos vinte e um dias do mês de março do ano
5 de dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sergio França Adorno de
7 Abreu, Waldemar Ferreira Netto, Ana Beatriz Cursino Araújo, Eunice Ostrensky, Milton Meira
8 do Nascimento, Álvaro de Vita, Andréa Saad Hossne, Leiko Matsubara Morales, Marcos
9 Francisco Napolitano de Eugênio, Reginaldo Gomes de Araújo, Adrián Pablo Fanjul, Ana
10 Marília S. Silva, Beatriz Raposo de Medeiros, André Roberto Martin, Sandra Guardini Teixeira
11 Vasconcelos, Laura Moutinho da Silva, Marli Quadros Leite, Rosangela Sarteschi, Giliola
12 Maggio, Camilo Henrique Fernando Martins, Marcelo Módolo, Viviana Bosi, Marcelo Soares
13 Alves dos Santos, Maurício Cardoso, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Iris Kantor, Vicente
14 Sedrangulo Filho, Maria Rita Umero Morita, Maria Helena Pereira Toledo Machado, João
15 Roberto Gomes de Faria, Maria Helena Rolim Capelato, Cícero Romão Resende de Araujo,
16 João Paulo Veiga, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, Marlene Petros Angelides, Christian
17 Schallenmueller, Nicolau Dela Bandera, Paula da Cunha Correa, Yuri Tavares Rocha, Giuliana
18 Ragusa de Faria, Dario Horácio Gutierrez Gallardo, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas,
19 Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro, José Antônio Vasconcelos, Marie Marcia
20 Pedroso, Sergio Ricardo Gaspar, Brasília João Sallum Júnior, Gabriel Luis Scheffer
21 Regensteiner, Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, Maria Augusta Da Costa Vieira, Maria
22 Elisa Siqueira Silva, Ricardo da Cunha Lima, Marilza de Oliveira, Fernando de Magalães
23 Papatera Limongi, Ronald Beline Mendes, Roberta Barni, Paulo Roberto Arruda de Menezes,
24 Vagner Gonçalves Silva. Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros
25 (SCS), Ismaerino de Castro Junior, Leonice Maria Silva de Farias e Augusto César Freire
26 Santiago (ASSINF), Maria Aparecida Laet (Biblioteca). Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
27 “Hoje estamos com uma pauta muito carregada, por isso proponho a inversão da pauta,
28 transferindo o expediente para o final da congregação. Outra alteração seria iniciar a
29 congregação pelo item 1.2 da ordem do dia, voltando depois para a sequência normal da
30 pauta.”. Após votação, a proposta foi **APROVADA. ORDEM DO DIA: 1. QUESTÕES**
31 **TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.2. CG/CIRC/45, de 28.01.2013 – que trata**
32 **do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista – PIMESP.**
33 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A reitoria nos enviou um documento para que nós o
34 analisássemos e, caso chegemos a um consenso, devemos elaborar um documento com as

35 considerações que foram discutidas. Teremos hoje a participação do professor Carlos Vogt, um
36 dos diretores da Univesp, que irá esclarecer nossas dúvidas sobre o documento que iremos
37 discutir. Faremos uma sessão de esclarecimentos e não um debate, o que exigiria outra
38 configuração da sessão. Após a exposição, abriremos para perguntas e respostas, e em seguida
39 iniciaremos a sessão de discussão da congregação. Tomei a iniciativa de convidar a professora
40 Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora aposentada, vinculada ao programa de pós-
41 graduação em Ciência Política da FFLCH e Diretora do Instituto de Relações Internacionais.
42 Recebi cinco solicitações dos centros acadêmicos pedindo autorização para que eles possam vir
43 manifestar as suas respectivas opiniões. Perguntei aos RDs, já que eles são os representantes
44 dos alunos, e eles não foram contrários à presença dos centros acadêmicos. Encaminhei um
45 documento para eles com algumas regras: cada centro poderá indicar apenas um representante;
46 quando abrir o debate, eles terão os 3 minutos que o regimento dispõe a todos; eles não
47 participarão das votações e terão que se retirar neste momento, pois apenas os membros da
48 congregação podem participar. Ponho o pedido de participação em votação.”. Após votação, a
49 participação dos centros acadêmicos foi **APROVADA**. Com a palavra, o Prof. Carlos Vogt
50 disse: “Essa proposta vem sendo discutida pelos reitores no CRUESP já há algum tempo,
51 devido ao assunto das cotas ter se difundido nos últimos 10 anos, crescimento que foi reforçado
52 pela decisão do STF que decidiu atribuir constitucionalidade às cotas e, na sequência, em 2011,
53 pela promulgação da Lei das Cotas pela Presidente Dilma para as Universidades Federais. O
54 tema está também na pauta da mídia, como jornais e revistas, e em audiências públicas na
55 assembleia legislativa, onde tramitam vários projetos de lei sobre o assunto. A nossa
56 preocupação, considerando aqueles que estão envolvidos na estrutura do ensino público
57 superior do Estado de São Paulo, é muito grande num aspecto: a plena autonomia das nossas
58 Universidades, fato que é único no mundo. Nós nos habituamos com ela, mas quando olhamos
59 para trás vemos que não foi sempre assim e que ela é uma conquista recente, exatamente de
60 1989 quando foi radicalmente alterada a situação anterior para a nossa atual. Queremos
61 preservar este bem, o que significa conseguirmos saber lidar com o surgimento de questão que
62 se impõe para nós, como a questão da inclusão social e a demanda sócio-étnica, elaborando
63 respostas que levem em conta as características e a autonomia das nossas instituições. As
64 respostas devem ser fruto de discussões, como as que estão sendo feitas aqui. Qualquer decisão
65 que vai ser tomada deve depender das universidades e, assim, ela permanece, prevalece e se
66 aprimora. A proposta foi levada ao governador pelo Conselho de Reitores, pois parte dela
67 supõe a participação do governo no financiamento de um fundo para a permanência dos
68 estudantes que ingressarem na universidade através do programa. O nosso contato com o
69 executivo quer que ele entre em contato com a nossa proposta para que quando eles forem

70 elaborar um projeto sobre cotas, eles sejam influenciados pela nossa proposta. O primeiro
71 ponto é que a proposta deve ser debatida e discutida no interior da universidade. Dizem que não
72 há tempo suficiente para que a discussão se desenvolva nas universidades, já que o tempo é
73 curto. Isso é verdade. Levar essa proposta em frente demandaria que as universidades consigam
74 alterar seus editais de vestibular para que em 2014 as alterações já comecem a funcionar.
75 Teríamos este primeiro semestre para resolver a questão e tomar as iniciativas operacionais
76 necessárias. Tentarei fazer um resumo do que é a proposta. O nome PIMESP reflete a
77 preocupação com um tema que é caro às nossas universidades, a qualidade do ensino e da
78 formação, assim como a necessidade de atender a demanda social. O tema da inclusão foi
79 reduzido à questão das cotas, mas ele é muito mais amplo do que isso. Adotamos o termo metas
80 para distinguir a nossa preocupação. A proposta prevê o mínimo de 50% de egressos de escolas
81 públicas e 35% de pretos/pardos/índigenas autodeclarados, dado compatível com a proporção
82 populacional do último censo de 2010. Na tabela um do documento que vocês receberam,
83 podemos observar que a distribuição das vagas e dos ingressantes das universidades públicas
84 paulistas em 2012 totaliza 44.158 unidades, dado fornecido pelas comissões de pesquisa. Os
85 ingressantes contabilizam 43.970, número um pouco menor do que o número de vagas. No
86 sistema de ensino superior paulista, 54% são egressos do sistema de escola pública, porém a
87 maior parte deles se concentra nas FATECs, com 16.853, 75% dos seus alunos. Entretanto, a
88 distribuição não é uniforme, pois há diferenças entre cursos, turnos e unidades. As
89 universidades estão se esforçando para atingir o cumprimento das metas a partir de estratégias
90 definidas, como as apontadas aqui, pela busca dos alunos no sistema público de ensino médio,
91 o que pode se dar pelo incentivo e motivação, como é o caso do INCLUSP, PASUSP e do PAS
92 da Unicamp, dos cursinhos preparatórios na Unesp. Outras iniciativas poderão ser adotadas
93 para identificar estes alunos e contribuir para que os ingressantes das nossas universidades
94 possam cumprir com desempenho suas obrigações curriculares, evitando as altas taxas de
95 evasão que temos nos nossos cursos, muitas vezes motivada pela falta de preparo destes
96 estudantes para cumprir as disciplinas. Devemos nos esforçar não apenas para que estes alunos
97 ingressem nas universidades, mas para que eles possam permanecer nela. Quem acompanha as
98 discussões no judiciário do tema das políticas afirmativas em outros países, como nos EUA,
99 sabe que quando o assunto passa pelo entendimento da diversidade da composição da classe
100 dos estudantes, ele é aprovado, mas quando ele é apresentado pelo argumento da injustiça
101 social, ele é rejeitado, pois isso é considerado como forma de reativar formas de racismo ao
102 revés. Esse é o registro etnográfico de comportamentos institucionais com relação ao tema. Não
103 se pretende formas de confrontação. A finalidade da discussão é trazê-la para que ela aconteça
104 no interior da universidade. A solução para a questão pode nascer da nossa autonomia, ou ela

105 pode ser originada por lei externa. Temos que levar em conta que o sistema de ensino superior
106 público paulista tem características particulares que temos que considerar na discussão do tema
107 e na elaboração de uma proposta.”. Com a palavra, a aluna Maria Rita Umero Morita disse: “O
108 senhor fala em autonomia das universidades estaduais paulistas e que é a partir dela que o
109 projeto de inclusão deve ser elaborado. Eu gostaria de saber de que autonomia estamos falando.
110 Por acaso é a autonomia da administração da faculdade? O núcleo de consciência negra está
111 ocupando há 25 anos a nossa universidade com debates em torno da inclusão de negros. Grupos
112 como este fazem parte da universidade; eles devem colaborar com a elaboração de programas
113 de inclusão? A autonomia da universidade inclui os movimentos sociais que trabalham dentro
114 da universidade?”. Com a palavra, a Profa. Maria Hermínia Tavares de Almeida disse: “Tenho
115 uma dúvida com relação ao ingresso. Pelo que eu entendi, ou eu tenho a possibilidade de fazer
116 o vestibular e entrar no sistema chamado plano institucional de recrutamento ou posso ir para o
117 ISSIS? Eu sou negro e vou prestar o vestibular, como devo proceder? Devo fazer o vestibular,
118 sabendo que irei ser beneficiado pela pontuação? Gostaria de ter mais detalhes sobre como será
119 o sistema de ingressos.”. Com a palavra, o Prof. José Álvaro Moisés disse: “Eu compartilho da
120 ideia de que precisamos progredir na inclusão, objetivo fundamental de sociedades
121 democráticas. Essa proposta deve ser mobilizada a partir da autonomia existente na nossa
122 universidade. A minha dúvida é sobre se a alteração que impõe a cota mínima de 50% de
123 alunos de escola pública e 35% de PPIs não é transferir para o vestibular o problema que está
124 na base da desigualdade através da qual os segmentos chegam e saem da escola pública. Não
125 seria o caso de concentrarmos nossos esforços não no vestibular, mas na criação de uma
126 instituição nova? Não seria o caso de melhorarmos as escolas públicas de ensino médio,
127 proporcionando que todos tenham educação de qualidade a despeito de sua cor ou origem
128 étnica?”. Com a palavra, o representante discente Nicolau Dela Bandeira disse: “Antes de fazer
129 a pergunta quero manifestar que a situação da nossa congregação já revela princípios
130 antidemocráticos, pois os movimentos sociais não estão participando desta reunião, como é o
131 caso do movimento negro que tem representantes do lado de fora da sala desta reunião.”. Com
132 a palavra, o Senhor Diretor respondeu: “Como eu já havia falado, hoje não estamos em
133 assembleia. A discussão de hoje é uma reunião da congregação que foi ampliada para o assunto
134 das cotas. A discussão não deve terminar por aqui. Temos que entender que há níveis e
135 mediações da discussão. Eu entendo o protesto, mas não há nem lugar para receber todo mundo
136 aqui. Eu não estou excluindo ninguém, inclusive até ampliei o quórum para a discussão de
137 hoje. Podemos ampliar mais, mas hoje não será possível. Gostaria da compreensão de que não
138 estamos excluindo vozes e que devemos construir o processo de ouvir em outro local, como em
139 uma assembleia em que todos os interessados possam comparecer sem restrições.”. Com a

140 palavra, o representante discente Nicolau Dela Bandera disse: “Eu tenho dúvidas em relação ao
141 modo como o projeto foi construído. O professor nos disse como o projeto foi pensado, mas
142 não está claro quem foram as pessoas consultadas e os autores desta proposta. Me parece que o
143 projeto PIMESP não possui autoria. Várias pessoas da FFLCH envolvidas com o tema das
144 políticas de cotas, umas com mais de 20 anos de bagagens, não foram consultadas. A Faculdade
145 de Educação, diretamente ligada com as questões do ensino médio, também não foi consultada.
146 Eu gostaria de saber se a elaboração do projeto teve consultoria jurídica, pois ele é claramente
147 inconstitucional. Além de ferir a autonomia universitária, ele promove a discriminação
148 negativa, considerada inconstitucional pelo STF.”. Neste momento, militantes de movimentos
149 sociais e do movimento negro invadem a reunião da congregação. Com a palavra, o Senhor
150 Diretor disse: “Eu considero a minha autoridade ferida. Eu fiz uma solicitação pedindo respeito
151 nesta congregação. Se não houver respeito eu irei declarar a reunião encerrada. Eu não estou
152 impedindo outros atores de entrarem na discussão, mas essa reunião não foi organizada para
153 esta finalidade. Podemos fazer uma assembleia e abrir o debate, mas não nesta reunião. A
154 discussão de hoje é para esclarecer a congregação do documento que foi enviado pela reitoria.
155 Eu estou aberto para o diálogo, mas gostaria que respeitássemos os acordos estabelecidos.”. A
156 congregação **APROVOU** que um representante dos invasores tome a palavra por 3 minutos
157 para esclarecimentos. Com a palavra, Sâmia Bonfim, estudante do curso de letras e diretora do
158 DCE, disse: “Somos representantes dos movimentos sociais e estudantil da universidade.
159 Estamos aqui presentes porque os fóruns dos movimentos decidiram que esta congregação
160 deveria ser aberta, já que a questão do PIMESP e da inclusão na USP diz respeito a uma
161 demanda histórica dos movimentos sociais, eles que pleiteiam que mais negros e mais alunos
162 de escolas públicas entrem na USP. Qual é a quantidade de negros que estão na USP? O
163 PIMESP coloca os negros numa antessala, considera que eles devem ser profissionalizados e
164 devem possuir 70% de aprovação. É como se eles dissessem que pelo fato de serem negros,
165 muito dificilmente vão conseguir este nível de aprovação e por isso precisam ter o ensino a
166 distância. Por que o negro não pode pisar na universidade? Queremos o poder de entrar na
167 reunião e entregar uma carta aos professores, já que esse tema é do interesse dos movimentos
168 sociais e ele diz respeito a demandas da sociedade e não somente ao representante da
169 UNIVESP, que pode estar aqui e pode expressar o seu ponto de vista. Porque nós não podemos
170 nos expressar? Queremos cotas para a USP. A FFLCH não pode aprovar um projeto como o
171 PIMESP porque ele é excludente, elitista e segregador. Queremos inclusão de verdade e foi por
172 isso que viemos até aqui. Não queremos apenas barrar o PIMESP, desejamos que esta
173 congregação inicie o debate sobre a implementação de cotas.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
174 disse: “Irei organizar uma assembleia de discussão que agregue a maior parte dos atores. Vocês

175 podem distribuir os documentos que vocês desejarem, eu não irei impedir. Mas gostaria que as
176 instâncias fossem respeitadas. Hoje, porém, está na pauta desta congregação a discussão do
177 documento que nos foi enviado pela reitoria. Precisamos saber se ele possui ou não
178 consistência, se ele serve ou não. Não iremos aprovar ou reprovar o documento. No momento
179 pretendemos estabelecer uma compreensão e um ponto de vista da congregação sobre o
180 documento. Peço desculpas se ficou a impressão de que eu desejava calar a voz de alguém, não
181 é essa a minha intenção. A congregação foi convocada para uma pauta específica com um
182 tempo específico, pois nós ainda temos outros assuntos para tratar na pauta de hoje. Assim,
183 gostaria que vocês se retirassem da reunião.”. Com a palavra, Sâmia Bonfim, estudante do
184 curso de letras e diretora do DCE, disse: “Entendo que a congregação irá apenas discutir a
185 questão, mas nós gostaríamos de acompanhar a discussão. Nós não queremos votar e nem pedir
186 a palavra, queremos apenas acompanhar. Acho antidemocrático não podermos acompanhar a
187 reunião. A congregação deve ser aberta a todos que queiram participar.”. Com a palavra, o
188 Senhor Diretor disse: “Nós, na congregação, estamos contemplados com representação
189 discente, e hoje, especialmente, ela está ampliada pelos representantes dos centros acadêmicos.
190 Por acaso vocês não confiam nos seus representantes? Vocês invadiram a congregação e,
191 mesmo assim, eu permiti que vocês falassem. A congregação não é uma reunião aberta ao
192 público. Podemos transformá-la, mas ela ainda não é aberta ao público. Eu não posso permitir
193 que vocês permaneçam na reunião. Eu me comprometo em marcar uma assembleia para
194 discutirmos com todos os interessados presentes. Não posso precisar uma data porque preciso
195 conferir a disponibilidade de agenda, mas dou minha palavra que colocarei esse assunto como
196 prioridade.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Nós temos sistematicamente
197 discutido a diferença dos espaços políticos da instituição. O combinado foi que vocês
198 entrariam, diriam algumas palavras e sairiam. Esse foi o acordo. Na democracia é fundamental
199 respeitar os acordos e as vozes de todos devem ser escutadas, mas cada uma no seu momento e
200 lugar apropriado. O diretor se comprometeu em convocar uma assembleia da faculdade que
201 poderão comparecer todos os interessados pela discussão. Vocês têm representantes eleitos
202 aqui, e a representação foi ampliada por pedido prévio. Vocês devem compreender a natureza
203 do espaço político e saber respeitar os acordos, fatores fundamentais para uma democracia.”.
204 Com a palavra, o representante discente Nicolau Dela Bandera disse: “Continuando a minha
205 fala, o ponto mais problemático da proposta é sua inconstitucionalidade. Qual foi a consultoria
206 jurídica e quais foram os fundamentos que respaldam esta proposta? O Prof. Sergio Adorno
207 distribuiu uma carta da Associação dos Juízes para a Democracia, a qual argumenta que esta
208 proposta do PIMESP é uma forma de discriminação negativa, separando a USP real, para
209 desfrute dos brancos, e a USP virtual, segregando quem já estava segregado. Em relação aos

210 ISSIS, institutos que seriam coordenados pela VUNESP, eu tive uma dúvida. Quando se
211 calculou o orçamento dos institutos foi previsto que haveria evasão de 20% dos alunos, ou seja,
212 ao final dos dois anos do curso teríamos 40% de evasão. Eu gostaria de saber se há previsão de
213 quantos destes alunos devem entrar na USP, considerando a taxa de desistência e o
214 direcionamento que o curso terá para as escolas técnicas”. Com a palavra, o Prof. Carlos Vogt
215 disse: “A questão da autonomia é a questão dos espaços democráticos de representação.
216 Vivemos num sistema representativo e aprendemos que é preciso fortalecer as instituições,
217 construção que ocorre pelo respeito aos níveis institucionais. Autonomia demanda formas
218 institucionais que não podem ser improvisadas ao sabor dos interesses que vão surgindo. Nós
219 estamos tratando a questão dentro da dinâmica própria dos mecanismos institucionais
220 representativos da nossa instituição. O governo não está nos dizendo o que fazer, e nós não
221 estamos extrapolando a competência institucional jurídica constitucional de cada instância de
222 decisão. Não é autonomia para fazer o que bem entender na hora que desejar. Ela deve respeitar
223 as decisões e o funcionamento das instâncias. Nossas universidades têm essa autonomia e a
224 sociedade lhe dá respaldo pelo trabalho que ela presta à sociedade. Sobre as formas de ingresso,
225 hoje temos o vestibular como forma de ingresso tradicional. Fomos criando mecanismos dentro
226 dele para contemplar a diversidade de presença da sociedade dentro das instituições, o que nos
227 levou a considerar as políticas afirmativas, no ingresso e na permanência nas nossas
228 universidades. O ISSIS se coloca como uma alternativa para a forma de ingresso. Ele supõe a
229 seleção. Os alunos que ingressariam nesta primeira forma do ISSIS seriam alunos buscados nas
230 escolas públicas, selecionados conforme o seu desempenho em alguma avaliação, como a do
231 ENEM. O segundo processo da avaliação seria pelo desempenho do aluno no curso,
232 inicialmente estabelecido em 70% de aproveitamento, o que pode ser discutido. Com isso o
233 aluno poderá ingressar em algum curso segundo a sua pontuação. Assim, introduziremos uma
234 nova forma de seleção que vem acompanhada de políticas de formação e capacitação de
235 pessoas, contribuindo para reforçar as condições de acompanhamento dos cursos. A proposta só
236 se tornará viável quando nós a confrontarmos com a realidade de cada curso, pois eles possuem
237 peculiaridades próprias que devem ser consideradas. A proposta trabalha dentro do princípio da
238 autonomia e dentro dos padrões de decisão das unidades no CO. Está na proposta que as linhas
239 gerais do projeto não excluam as iniciativas que já estão em andamento. As universidades
240 podem se interessar em oferecer cursos preparatórios, o que não contradiz a proposta do
241 projeto. O Prof. Álvaro Moisés tocou no ponto chave ao falar da questão da qualidade do
242 ensino médio, fator responsável pelas deficiências que os alunos carregam quando entram na
243 universidade e, conseqüentemente, pelas taxas de evasão. A história do ISSIS é a procura de
244 criar uma válvula, um mecanismo de comunicação mais eficaz entre as universidades e o

245 ensino médio. No governo nós criamos a UNIVESP, no molde de fundação. Ela pretende
246 oferecer cursos de licenciatura para a formação de professores do ensino fundamental e médio,
247 com ou sem o auxílio de universidades. Tivemos uma experiência parecida no curso de
248 licenciatura em ciências que implantamos aqui na USP, no qual obtivemos resultados muito
249 satisfatórios , cujo acompanhamento e observação nos ajudaram no seu aperfeiçoamento. Não é
250 verdade que o uso de tecnologias de informação exclua ou crie subclasses de estudantes. Hoje
251 em dia esse fenômeno é discutido em todo o mundo, ele está atualmente presente e a
252 universidade é o melhor lugar para tratar dele. A questão da melhoria do ensino médio é
253 fundamental, não podemos ficar apenas nos lamentando da distância que há entre a qualidade
254 do ensino médio e as universidades públicas. Sobre as questões do Nicolau, o autor
255 institucional do projeto é o CRUESP, identidade autoral que é institucional. Quem se
256 responsabilizou pela proposta fomos eu e o professor Brito da FAPESP, mas somos partes
257 integrantes do CRUESP. Não há mistério, a identidade do projeto está dada. Outra questão é
258 sobre ferir a autonomia da universidade. Muito pelo contrário, o projeto pretende respeitar a
259 autonomia, por isso é que ele está aqui numa instância da universidade discutindo sobre os seus
260 princípios. No que diz respeito à constitucionalidade, o CRUESP possui assessoria jurídica que
261 acompanha todas as iniciativas do nosso projeto. Eu recebi da Associação de Juízes para a
262 Democracia o mesmo documento que foi entregue nas universidades. Ontem eu falei com Dr.
263 José Henrique, presidente do conselho executivo, e pude entregar a ele estes documentos que
264 vocês receberam e que poderão esclarecer alguns pontos, pois eu senti que havia falta de
265 informações sobre o projeto. Estamos conversando com todas as instâncias. Estive em
266 audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado , juntamente com a Profa. Telma Zorn
267 (Pró-Reitora de Graduação), representando o Reitor João Grandino Rodas, e ficamos por 5
268 horas conversando e ouvindo, acompanhando as manifestações das organizações em torno do
269 tema.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Os alunos que não
270 ingressam no vestibular serão buscados para essa nova experiência de acompanhamento? Como
271 essa busca vai acontecer? É uma busca dos melhores? É uma busca dos voluntariados? Que
272 busca que é essa? Outra questão, segundo o levantamento que vocês fizeram, as FATECS
273 representam uma alternativa viável para o que deveria estar acontecendo no segundo grau. O
274 que está sendo pensado sobre esta relação, fato que deveria ser pensado na nova estruturação
275 das universidades e a reformulação dos ensinos fundamental e médio?”. Com a palavra, o Prof.
276 Brasílio João Sallum Júnior disse: “ Queria colocar duas perguntas com relação ao documento
277 que você nos entregou. Dada a urgência de implementar o programa já em 2014, seria possível
278 que a USP fizesse uma reforma no seu sistema de ingresso por inclusão e, eventualmente, por
279 volta de 2015, combinasse com sistemas diferentes, caso o sistema de ensino a distancia não

280 possa ser efetivado em breve? Outra questão é que quando li o programa de ensino a distância,
281 o programa de ciências humanas me pareceu pouco adequado. Parece que ele foi confeccionado
282 por administradores. O programa já foi afixado ou ele ainda pode ser discutido?”. Com a
283 palavra, a Profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Desde o início venho
284 acompanhando as diferentes versões do PIMESP. A questão do financiamento do programa
285 primeiramente aparece como da competência das universidades. Do custo de 94 milhões, uma
286 parte será das bolsas, outra será da operacionalização, e ninguém sabe de onde virá este
287 dinheiro. Na versão 5, o ISSIS, que vai ser a parte custosa do que o governo está propondo, tem
288 como meta inserir 40%, e vai ter um custo muito alto. Até o momento questões como grade
289 curricular, operacionalização, departamentalização não estão claras. Qual será o nosso papel
290 nessa formulação? Sabemos que a UNIVESP não está na mesma secretaria que as
291 universidades. Para inserir ao teto de 40% vai se criar uma universidade virtual, voltada para
292 formar trabalhadores com aulas de cidadania, empreendedorismo, gestão do tempo? Se fosse
293 aluno, gostaria do esclarecimento: nota 10 no PIMESP ingressa na medicina?”. Com a palavra,
294 o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “Primeiramente, queria saber o porquê da pressa em
295 aprovar o projeto? Ficamos anos sem discutir cotas nas universidades e de repente temos que
296 discutir sobre isso de uma hora para outra. Estamos com medo da ALESP baixar uma lei nos
297 mesmos moldes da lei federal, pois sabemos que ela é constitucional. Outra questão é sobre o
298 que é mérito. Todo documento está em torno da ideia de inclusão por mérito, mas em nenhum
299 momento ele é especificado. Nas análises feitas no INCLUSP, observamos que se formos
300 estabelecer cotas na universidade, temos que mudar a compreensão de como deve ser o
301 vestibular. Na medicina teríamos que colocar 50 alunos a mais, diferente do curso de ciências
302 sociais em que teríamos que colocar apenas 14. Quando observamos a tabela do INCLUSP,
303 precisaríamos diminuir as notas do vestibular para incluir um aluno PPI no curso de medicina,
304 por exemplo. Por que diminuir a nota do vestibular diz que o aluno não tem competência para
305 fazer um curso de medicina ou engenharia? Não poderia ser apenas uma questão de aptidão da
306 pessoa? Queria entender melhor por que é preciso gastar tanto dinheiro neste projeto, sendo que
307 ele poderia ser gasto em investimento nos cursos em que existem diferenças de metas diante da
308 realidade atual.”. Com palavra, o aluno Gabriel Luis Scheffer Regensteiner disse: “Quero
309 complementar a pergunta da Maria Helena. Tive o privilégio de acompanhar as congregações
310 da engenharia de São Carlos e da Faculdade de Saúde Pública e em vários momentos os
311 professores, os funcionários e os representantes discentes questionaram a ausência de
312 informação na explanação do professor Carlos no que diz respeito ao COLED. A engenharia se
313 posicionou contrária à adoção do PIMESP por entender que esse projeto vai criar uma
314 antessala, impossibilitando que os pobres e os negros consigam entrar na sala de aula. Por que o

315 professor se nega a apresentar o COLED de forma clara aos colegiados e qual é o benefício de
316 ter um ensino a distancia de dois anos que não vai formar em nada os estudantes que entram na
317 universidade?”. Com a palavra, o Prof. Carlos Vogt disse: “Irei responder primeiramente às
318 questões pontuais. Os valores que estão na tabela 3 do folheto, que diz respeito ao custo total
319 anual do programa de inclusão por mérito no ensino superior paulista, são valores que foram
320 combinados com o governo de serem financiados por ele, fora do orçamento das universidades,
321 por meio de aporte de recursos para a implementação do programa. O projeto não vai onerar o
322 orçamento das instituições, tanto o fundo de permanência quanto os custos de produção de
323 conteúdo e operacionais do ISSIS serão financiados pelo governo. Maria Helena, a UNIVESP
324 está na secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, tal como a USP, a
325 UNICAMP, a UNESP e a FAPESP. Como já disse, a UNIVESP foi criada por lei e acaba de
326 ser reconhecida pelo conselho estadual, estamos diligenciando para dar entrada nos papéis para
327 o credenciamento dos cursos junto ao MEC. Vamos falar do caso dos cursos mais procurados,
328 como medicina e engenharia. A diferença entre quem ingressa e quem não ingressa é segundo
329 uma margem muito pequena de diferença de pontuação. A forma dos vestibulares está
330 internalizada na cultura universitária e há tempos estamos tentando alterá-la, preservando
331 questões que acreditamos ser importantes, como ocorre com o mérito. Hoje já temos uma
332 diversificação de modos de ingresso, vestibular, desempenho no ENEM e assim por diante.
333 Estamos trabalhando para constituir formas de seleção controláveis do ponto de vista dos
334 resultados, permitindo bom desempenho dos estudantes nos cursos que eles irão fazer. As
335 disciplinas que vocês receberam no documento são indicativas, não é possível formular uma
336 grade de disciplinas sem discutir pontualmente com as instâncias responsáveis. Nesta primeira
337 edição o programa visa a uma formação básica do estudante, habilitando-o a ingressar e a
338 permanecer nos cursos. O refinamento da proposta do COLED deve proporcionar aos alunos
339 que eles possam ingressar até em cursos como medicina, pode evoluir no sentido de criarmos
340 COLEDs temáticos por área, um dos horizontes possíveis. O caráter generalista do atual
341 modelo serve para disponibilizar a formação teórica e metodológica básica para que os alunos
342 possam acompanhar os diferentes cursos. Uma das funções dos COLEDs nos diversos países
343 em que ele existe é dispor aos alunos o que eles não conseguiram obter no processo de sua
344 formação, dentre outras. Estamos diante de uma situação em que a resposta para a questão das
345 metas deve partir do interior das universidades, desafio para atribuir maior organicidade para o
346 ensino público no Estado de São Paulo, não só para o ensino superior, projeto que perseguimos
347 há 10 anos, quando vários de nós participamos de um plano diretor de ensino para o Estado de
348 São Paulo. Os EUA têm 160 milhões de pessoas entre 24 e 60 anos com diploma de ensino
349 superior, o que representa 42% da sua população. Deste montante, 32% são de cursos de

350 bacharelado ditos tradicionais e 10 % de COLEDs. Considerando os dados que aparecem nas
351 estatísticas mundiais, estes 10% são a porcentagem a mais que os EUA possuem acima da
352 média mundial desejada de pessoas com ensino superior. Isso significa que o COLED é algo
353 que deve ser discutido quando pensamos sobre a oferta de ensino superior gratuito do Estado
354 de São Paulo. Nós já temos um sistema semelhante com as FATECs e as ETECs, apesar de não
355 serem chamadas desta forma. Sobre a busca de alunos, as universidades já possuem alguns
356 programas nesse sentido, mas devemos discutir como podemos ir buscá-los fora dos muros da
357 universidade a partir de cada instituição, o que deve ser relacionado com o método de seleção
358 de ingresso das universidades. Sobre a questão da lei ser constitucional, sim, ela é
359 constitucional, e o STF julgou assim, mas ele não disse sobre as formas de instituí-la, o que
360 dependerá das próprias instituições e da autonomia que elas tem para decidir sobre isso. A
361 Universidades Federais respeitam o MEC, o nosso sistema estadual paulista é diferente,
362 possuímos maior autonomia. O COLED é apresentado de maneira clara no que diz respeito às
363 linhas gerais da ideia, cabe às instituições particulares discutirem como a proposta será
364 elaborada.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Para mim ainda é
365 incompreensível o porque de acoplar o plano do COLED e o do PIMESP, às universidades
366 paulistas e apresentá-los como forma de democratização do ingresso ao ensino superior. São
367 dois problemas: o Estado de São Paulo quer discutir a eventual criação do sistema de COLEDs
368 e deseja saber em que medida as universidades poderiam contribuir para isso, já que o projeto é
369 uma porta de ingresso independente nas três universidades paulistas, como está previsto no
370 programa, fora o PIMESP, que terá outras formas de ingresso. Por que acoplar isso nas
371 discussões, justo agora? No meu entendimento são dois programas separados, mas que
372 propuseram apenas uma solução, misturando as instituições. A criação da UNIVESP e se a
373 universidade vai ajudar na sua elaboração, e se ela será um agente do COLED é uma questão, a
374 ampliação do acesso por meio de cotas aos alunos de escola pública e a certos grupos étnicos é
375 outra questão. O sistema deve existir a partir de um edital único e muito bem discutido, não
376 podemos sair recrutando dois por escola. O sistema deve ser de livre acesso como é o
377 vestibular, eu acredito nisso. As duas coisas não estão se ajudando, nem a universidade se
378 mover na direção de responder à demanda social, nem se ela vai contribuir à demanda por uma
379 formação mais específica e voltada ao mercado de trabalho e à profissionalização. Já vivemos
380 no momento que os ingressantes entram defasados, indiferentemente da renda ou da escola de
381 origem. A formação mínima deve ser feita presencialmente e no ambiente universitário, nas
382 nossas bibliotecas. Aqui a economia da discussão seria outra se tivéssemos projetos claros e
383 separados. Porque eles foram acoplados? É possível fazer projetos separados?”. Com a palavra,
384 a funcionária Marie Marcia Pedroso disse: “Tem uma frase no projeto do PIMESP que eu

385 gostaria de ver esclarecida. O governo do Estado afirma que o ensino de base e ensino médio
386 estão falidos e que um programa como este viria para suprir tais necessidades, o que nos induz
387 a pensar que por trás disso há uma programa macro. Há outro problema histórico que persiste e
388 que deve ser atacado. Não vai ser o PIMESP ou o ISSIS que vão resolver o problema da base.
389 Como um programa como esse pode se dizer de ação afirmativa quando ele declara que alunos
390 de escola pública, pretos, pardos e indígenas não possuem formação sociocultural para
391 desenvolver a sua cidadania?”. Com palavra, o aluno Gabriel Luis Scheffer Regensteiner disse:
392 “Quero retomar três questões que, a meu ver, não foram respondidas satisfatoriamente. Com
393 relação ao currículo, o COLED está considerando que há deficiência dos estudantes de escola
394 pública e dos PPIs. O que não ficou claro é como o currículo que querem implementar no
395 projeto, nas matérias ‘liderança e trabalho em equipe’, ‘princípios de economia’, por exemplo,
396 vai suprir as deficiências do ensino médio, sendo que as matérias que são ministradas nele não
397 serão oferecidas. A meu ver, cada unidade deveria formular os conhecimentos prévios que lhe
398 são prioritários. Outra questão problemática de um projeto que quer mudar a estrutura do
399 ingresso na universidade é que tenha sido formulado sem a presença dos professores. A última
400 questão é sobre a possível abertura que o projeto tem para sugestão, mas é estranho que ele
401 tenha sido apresentado nas férias, tendo apenas 60 dias para ser aprovado, haja vista a
402 complexidade e importância do projeto. 60 dias a partir das férias é um prazo que impossibilita
403 a discussão. A discussão entre as três categorias, professores, funcionários e alunos está sendo
404 feita de maneira atropelada.”. Com a palavra, o Prof. Carlos Vogt disse: “Valéria, de fato temos
405 dois propósitos que estão acoplados. Um deles é procurar responder à questão das cotas raciais
406 e socioeconômicas. O outro propósito é, no interior desta discussão, levando em conta as
407 características do ensino superior paulista, dar um passo no sentido de buscar formas que
408 estejam ao alcance da universidade para se integrar com o ensino médio e fundamental,
409 ampliando a nossa capacidade de responder às demandas sociais. Formamos anualmente no
410 ensino médio algo da ordem de 460 mil alunos, 80 mil egressos do ensino particular e 360 mil
411 do público. Temos 3700 escolas de ensino médio público no Estado de São Paulo. Pelos dados
412 de 2012, dos 44 mil que ingressam, mais da metade é oriunda do sistema Paula Souza.
413 Ingressam 23 mil alunos por ano nas 3 universidades paulistas, o número de potenciais
414 ingressantes é da ordem dos 460 mil, ou seja, entram menos de 10% do total. Como podemos
415 ampliar a entrada destes alunos, preservando: 1 – a busca, o encontro e o reforço das condições
416 para a expressão de talentos nas nossas universidades; 2 – a qualidade do ensino e da
417 aprendizagem; 3 – a questão do mérito do ponto de vista do conhecimento, da informação, da
418 expressão, do raciocínio e de tudo aquilo que buscamos à formação dos nossos alunos. A nossa
419 proposta está mexendo com tudo isso, ela não está apenas discutindo cotas, mas todo um

420 programa de inclusão que de fato leve em conta todas essas preocupações. É por isso que é
421 importante que a discussão seja feita nas unidades, aprimorando os resultados do que
422 decidirmos, sempre preservando a nossa autonomia. Marie, não está escrito em nenhum lugar
423 que o ensino médio e o fundamental estão falidos e que estes alunos não têm condição de
424 desenvolver cidadania. Estamos tentando dizer como as universidades podem desenvolver
425 estratégias que venham a contribuir no aprimoramento das relações, não pretendemos substituí-
426 las. O nosso programa não barra os projetos particulares das universidades, estamos
427 trabalhando com escopo bem aberto para poder contemplar as iniciativas que já vêm sendo
428 tomadas. Não podemos tardar na solução e na resposta, sob pena de sermos atropelados por
429 uma decisão externa, nos obrigando a agir de outro modo que não aquele que gostaríamos de
430 agir segundo nossos critérios de qualidade. São coisas diferentes. Sobre as matérias, volto a
431 repetir, elas estão dispostas de maneira puramente indicativa, elas devem ser discutidas nas
432 unidades, pois não estão fechadas. Se a FFLCH achar que a estrutura deste curso precisa ter um
433 percentual maior e mais representativo de disciplinas de humanas, isso será discutido. Eu
434 acredito que os reitores são educadores e professores como nós. O fato de ser dirigente não nos
435 aliena do compromisso com o ensino, com a educação e com a pesquisa. O nosso grupo teve a
436 participação de pró-reitores de graduação, dos técnicos, da FUVEST e de professores
437 universitários, todos contribuindo na elaboração da forma de apresentação do projeto, o que
438 não exclui a discussão sobre ele. Argumentar que isso impõe uma solução é falacioso. Se a
439 USP decidir que não vai adotar o programa, ela poderá fazê-lo. Estamos nos mobilizando para
440 conversar sobre o projeto, o que é do espírito democrático. O prazo de 60 dias foi estipulado
441 devido ao tempo dos editais, mas se o prazo não for suficiente à discussão, ele poderá ser
442 prorrogado”. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia Gricoli Iokoi disse: “Você tem o número
443 das vagas em universidades privadas?”. Com a palavra, o Prof. Carlos Vogt disse: “Como
444 assimilamos 10%, São Paulo hoje absorve cerca de 30%, os 20% restantes são de vagas
445 privadas”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Esclarecendo a pergunta da Zilda,
446 no documento encaminhado pela Eunice o que me surpreendeu foi o dado de 2012. Até 8 anos
447 atrás as três universidades públicas paulistas respondiam por quase 10% do ensino superior do
448 Estado de São Paulo. Hoje elas respondem por 6%. Temos o sistema com o maior número de
449 vagas privadas de todo o país”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Declaro terminada a
450 sessão de esclarecimentos. Abro a palavra para a exposição do ponto de vista do representante
451 dos centros acadêmicos, como havia sido requisitado por eles, e na sequência teremos o
452 debate”. Com a palavra, a aluna e Diretora do Centro Acadêmicos da Geografia Ana Marília
453 disse: “Ante de expor as falas dos CAs, eu gostaria de convidar os professores e meus colegas
454 estudantes a lembrarem quanto colegas negros há nas nossas salas de aula? Quantos professores

455 negros existem? O primeiro ponto que queremos colocar é o fato do debate sobre cotas da
456 nossa congregação não ter sido feito de modo aberto, diferentemente de outras congregações.
457 Outras entidades da universidade discutem o tema há tempos. Apesar dos RDs estarem
458 presentes na congregação, os centros acadêmicos estão mais próximos dos seus cursos.
459 Achamos prejudicial os CAs não serem convidados a participar dos debates. Tivemos que pedir
460 para a congregação que tivéssemos o direito à fala hoje, mas acreditamos que temas
461 importantes como o que estamos discutindo devam ter participação ampla. Queríamos destacar
462 alguns pontos do projeto do PIMESP. O primeiro ponto é a inconstitucionalidade do projeto, já
463 apontada anteriormente por aqui e pontuado por diversos juízes. O projeto cria discriminação
464 negativa que se impõe aos estudantes, atacando o direito de igualdade entre os alunos. Ele vai
465 contra as ações afirmativas que algumas universidades vêm adotando e que as tornam um
466 espaço mais democrático. Esse projeto parte de preconceito por entender que os alunos vindos
467 de escola pública não conseguiriam acompanhar as aulas na universidade como os alunos
468 egressos de escola particular. Outra questão é a ilegitimidade de como o projeto foi feito, já que
469 não houve uma consulta aos professores da casa que há muito tempo discutem sobre a questão,
470 assim como o movimento negro também não foi consultado. Não foi considerado o acúmulo de
471 discussões que existem na casa. O PIMESP não dialoga com os movimentos sociais e os
472 projetos de cotas, como o projeto da ALESP. O projeto prevê um grande índice de desistência e
473 mesmo assim ele possui um orçamento milionário. A desistência acaba cerceando ainda mais o
474 acesso dos alunos de escola pública à educação pública e gratuita de qualidade. Todo esse
475 orçamento poderia ser usado dentro da própria universidade, como na permanência estudantil,
476 na contratação de professores ou na estruturação dos nossos cursos. O projeto possui políticas
477 de desencorajamento, pois ele impõe várias barreiras para que os alunos não cheguem ao
478 ensino superior. No COLED há o período de espera e dois processos seletivos para que o aluno
479 possa ingressar no ensino superior. O projeto considera a renda familiar ao invés da renda per
480 capita, o que realmente delinea a realidade do estudante. Sabemos que as cotas por si só são
481 ações paliativas por não apresentarem uma interação de fato entre a sociedade e a universidade,
482 interação que traga a população para dentro da universidade, produzindo conhecimento que
483 retorne para a sociedade. Sobre o número de alunos de escola pública que o professor
484 apresentou, vimos que ele é muito alto. 54% dos alunos da universidade pública vêm de escola
485 pública, mas por isso não é considerado que existem diferenças entre elas. A educação de uma
486 ETEC não é a mesma de uma escola da periferia, excluindo os critérios subjetivos que
487 englobam a realidade destes estudantes, colocando-os de modo único. O ministro Ricardo
488 Lewandowski disse, ao comentar a continuidade das cotas, que ‘para as sociedades
489 contemporâneas que passaram pela experiência da escravidão, repressão e preconceito,

490 ensejadores de uma percepção depreciativa da raça com relação aos grupos tradicionalmente
491 subjugados, a garantia jurídica de uma igualdade meramente formal sublima a diferença entre
492 as pessoas, contribuindo para perpetuar as desigualdades de fácil existência entre elas'. Para
493 concluir, gostaríamos de pontuar a posição dos estudantes. Nas assembleias deliberativas os
494 alunos se colocaram contrariamente ao projeto da PIMESP e nós vimos aqui, enquanto seus
495 representantes, pedir para a congregação que vote contra o projeto da PIMESP. Sabemos da
496 necessidade de ampla discussão sobre este tema, junto aos três setores da universidade, por isso
497 estamos entregando ao professor os e-mails dos centros acadêmicos no intuito de fazermos uma
498 assembleia de modo que permita a participação dos professores, alunos e funcionários. É
499 impreterível que a assembleia seja feita antes do conselho universitário e caso isso não seja
500 possível, a congregação deve pedir ao CO para que ele adie a sessão que irá discutir o PIMESP,
501 possibilitando que todos nós possamos discutir sobre o projeto, inclusive para que as outras
502 faculdades que ainda não puderam definir suas posições consigam fazer isso, e assim
503 poderemos ter a posição da universidade como um todo. Por fim, queremos deixar uma
504 pergunta que nos preocupa. Sabendo do caráter político da pressa para votar o PIMESP,
505 queríamos saber se a burocracia vai se sobrepor à educação". Com a palavra, o Senhor Diretor
506 disse: "Agora abriremos às considerações dos demais membros.". Com a palavra, a Profa.
507 Viviana Bosi disse: "Fiquei com uma impressão ambígua com relação aos esclarecimentos de
508 hoje. Ao ler o documento da Eunice Ribeiro Durham eu entendi que apenas um terço dos
509 estudantes que ingressam no começo do ensino básico se forma no ensino médio e que o grande
510 gargalo existente se dá ao longo do ensino médio entre os alunos com dificuldades
511 socioeconômicas, que precisam trabalhar. Acho que as políticas de ação afirmativa deveriam
512 começar já no ensino médio. Os 35% da população de PPIs não correspondem mais a aqueles
513 que se formaram no ensino médio porque eles o abandonaram no meio do caminho. Não vejo
514 sentido neste 'cursinho' de dois anos que será feito depois que o aluno se formou no ensino
515 médio e me parece uma maneira de gastar o dinheiro público com a VUNESP ao invés de
516 investir no ensino médio ou em ações afirmativas que comecem antes. Não acho que o PIMESP
517 vai resolver a questão das ações afirmativas, nem as socioeconômicas e nem as sociais.". Com
518 a palavra, a aluna Ana Beatriz Cursino Araújo disse: "Acho que o debate tem jogado mais luz
519 nas nossas posições ideológicas e contradições do que nas próprias contradições do ensino
520 público, prevendo respostas concretas para eles. Logo quando saiu a notícia de que o PIMESP
521 seria feito, li uma matéria na Folha dizendo que a USP, por ser uma universidade especial, não
522 poderia adotar o sistema de cotas das universidades federais que foi implantado no ano
523 passado. Qual é o grande diferencial que a nossa universidade tem que as outras universidades
524 não têm? Por que uma aluna negra da COHAB 2 de Itaquera precisa cursos de dois anos de

525 COLED para ingressar na USP? Não consigo achar uma justificativa para isso. Qual mérito é
526 esse que a USP tem que todas as outras universidades brasileiras não possuem? Há um texto do
527 Antonio Candido que diz que a literatura é um bem necessário e indissociável das sociedades e
528 que, assim, o seu acesso não pode ser suprimido. Ele nos diz ainda que a literatura não é
529 constituída apenas pelos cânones, mas também aquelas expressões primitivas dos povos. Todos
530 partem do pressuposto de que estamos fazendo um grande favor ao deixar alunos pretos e
531 pobres entrar na universidade, e não que eles têm um grande conhecimento que até agora nos
532 foi negado. Eu estudei em escola particular e passei meu ensino médio inteiro aprendendo a
533 responder à FUVEST, conhecimentos que não me serviram de nada, pois não me ensinaram a
534 pensar e a refletir, não me ensinaram a ler texto literário e o fazer acadêmico.”. Com a palavra,
535 o representante discente Camilo Henrique Fernando Martins, disse: “Acho que devemos
536 localizar esta discussão dentro da discussão que já acontece ao longo de 20 anos, pela questão
537 da democratização do acesso à universidade e permanência estudantil. O projeto do PIMESP
538 vem sendo propagandeado como uma resposta para a inclusão. A presença do professor Carlos
539 foi elucidativa ao mostrar com ainda mais convicção como esse projeto não possui nada de
540 inclusivo. Assim, gostaria de propor que a nossa congregação se manifeste contrariamente ao
541 projeto por dois motivos diferentes: um assunto que vem sendo discutido há 20 anos não pode
542 ser decidido em apenas 60 dias, só porque querem que o projeto seja aprovado rapidamente; em
543 segundo lugar, e mais importante, estamos falando na democratização do ensino e o PIMESP,
544 além de ser um atestado de falência do ensino público, não consegue dar cabo da tarefa de
545 iniciar a reparação histórica diante do povo negro. A proposta do PIMESP quer que em 60% se
546 mantenham as iniciativas que já existem nas universidades, o INCLUSP no caso da USP,
547 delegando os outros 40% ao COLED. O que significa a criação do COLED? Ao invés de dar
548 uma resposta ofensiva contra a segregação, eles querem institucionalizá-la dentro das
549 universidades públicas paulistas. Quando analisamos a questão do currículo que querem
550 implementar no projeto, vemos que a proposta é ressignificar o projeto da UNIVESP que foi
551 aprovado em 2009 e direcionar verbas para eles. A segunda coisa é que este projeto propõe
552 formar mão de obra semiqualficada, ele não quer inserir de fato os alunos na universidade
553 pública. O projeto quer elevar os índices de ensino superior no Estado . Vamos ser sinceros, o
554 que este projeto quer é mostrar nos rankings internacionais que São Paulo está avançando na
555 formação no ensino superior. Para finalizar, devemos retomar o tema da autonomia. Como ela
556 foi conquistada? Não foi pelas congregações, pelo CO ou pelo CRUESP. Ela veio pela luta dos
557 movimentos sociais nos anos 90, defendida por alunos, funcionários e professores na reitoria
558 em 2007, quando queriam acabar com ela. A defesa da autonomia é a defesa do conjunto da
559 comunidade acadêmica, e não dos órgãos individuais como esta congregação.”. Com a palavra,

560 o Prof. Milton Meira do Nascimento disse: “Eu quero sugerir para a congregação que ela faça
561 uma pauta para uma reunião mais específica para discutir esta questão, em uma assembleia.
562 Acho que podemos mudar o foco da questão. Ao invés de colocar o PIMESP como saco de
563 pancadas, devemos colocar as propostas que queremos e achamos válidas para a
564 implementação de ações afirmativas. Quais tipos de propostas podemos fazer para as instâncias
565 universitárias e governamentais, implementando-as? Mudar o foco é necessário. O PIMESP
566 tem várias questões negativas e eu vou expor uma. Existe uma regressão no PIMESP em
567 relação à discussão sobre cotas, pois atualmente a questão da raça é algo superado. O termo PPI
568 é discriminatório e negativo, ele mantém a separação entre as pessoas. Devemos fazer a nossa
569 proposta, considerando proposições positivas para a questão das ações afirmativas.”. Com a
570 palavra, a aluna Maria Rita Umero Morita disse: “Existe um projeto na ALESP, atualmente em
571 tramitação, apenas com cortes raciais de cotas, reservando 35% das vagas para negros,
572 desconsiderando cotas sociais. Proponho que estudemos os projetos que estão em tramitação,
573 analisando as propostas dos modelos existentes. A UNB tem um projeto interessante que tenta
574 estabelecer um dialogo entre cotas sociais e raciais.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Marcia
575 Gricoli Iokoi disse: “Quero expor três argumentos e uma proposição. Vivemos fazendo de
576 conta que não sabemos o tamanho do problema, temos medo dos grandes números. Vemos que
577 as universidades públicas paulistas recebem pouca gente e que elas precisam ser ampliadas para
578 dar conta da demanda. Também fingimos não saber que o ensino fundamental e médio foi para
579 o buraco por conta de políticas públicas desastrosas. Outro ponto é sobre os nossos dirigentes e
580 a questão da autonomia universitária, que nos impõe criarmos uma alternativa ou sermos
581 impelidos a aceitar uma decisão externa, seja pela ação governamental, seja pelos movimentos
582 sociais. De outro lado, nós da congregação já tínhamos uma discussão muito adiantada que
583 definiu que defenderíamos a inclusão a partir de cotas raciais e étnicas. Eu fui contrária a esse
584 posicionamento, mas acredito que devemos seguir o que já foi decidido por nós. Acho que não
585 temos que nos contrapor à criação do PIMESP, pois não vejo problema em o Estado criar
586 cursos técnicos para quem não quer entrar na universidade. O que não pode é isso virar projeto
587 de cota ou de inclusão. Temos que separar radicalmente estas duas coisas e defender a
588 ampliação. O problema é pensar como isso será feito fora do âmbito do vestibular. Temos
589 algumas experiências no Brasil de avaliação por meio do acompanhamento de estudantes
590 durante todo o ensino médio. Podemos fazer um projeto de inclusão fora da entrada pelo
591 vestibular. Estamos apresentando no nosso núcleo um curso de especialização *lato sensu* que
592 pretende trazer para junto de nós algum representantes de tribos indígenas para serem mestres
593 conosco, incorporando as suas respectivas culturas. Precisamos inventar novas formas e
594 defender as propostas que já foram por nós definidas anteriormente. O PIMESP não pode ser

objeto de nossa discussão, porque ele não pode ser atrelado à proposta que já foi discutida por nós. O sistema de cotas deve ser tal e qual nós já formulamos aqui na nossa congregação.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Quero completar a informação dada pela Profa. Zilda. Pelos números apresentados pelo professor Vogt, dos 400 mil jovens que se formam no ensino médio, apenas 20 mil vão para as universidades públicas, pois esse é o total de vagas das universidades paulistas, o restante vai prestar o vestibular novamente ou irá para o ensino privado. A justiça social deve ser feita no segundo grau, dando chances iguais a todos pela qualidade da educação.”. Com a palavra, o aluno Gabriel Luis Scheffer Regensteiner disse: “Gostaria de retomar uma problematização que eu fiz na minha pergunta e que não foi suficientemente debatida. Os projetos do COLED e do PIMESP são fundados no pressuposto de que o estudante cotista, oriundo de escola pública, negro ou indígena, vai ter um desempenho inferior ao daquele aluno que entrou pelo vestibular convencional. Esse debate está sendo feito há tempos e podemos dizer que ele já foi superado, como demonstram as pesquisas feitas na UFRJ e na UFBA que observaram que o desempenho do aluno cotista é igual ou superior ao aluno não cotista. Se desconsideramos essa pesquisa, começamos mal a discussão. Um curso a distância não garante que iremos suprir as deficiências do ensino médio. A Adusp soltou um documento dizendo que o melhor meio de se saber quais as deficiências do aluno é quando ele está frequentando a universidade, no contato com os professores e com o espaço da biblioteca. Não somos contrários a cursos que auxiliem os alunos com dificuldades, ajudando em suas formações. Quero ler uma carta que foi aprovada no conselho dos centros acadêmicos da USP: ‘O posicionamento dos representantes discentes da USP a respeito do PIMESP. No final do ano passado a comunidade universitária e os movimentos sociais do Estado de São Paulo foram surpreendidos com a PIMESP, apresentado pelo CRUESP como suposto programas de cotas para a USP, UNESP e UNICAMP. Por meio desta carta nós estudantes nos posicionamos contrariamente ao PIMESP. Na nossa leitura este projeto apresentado pelo governo estadual é um falso projeto de cotas, pois no lugar de incluir, ele leva mais a segregação e preconceito nas universidades...” e assim por diante. O posicionamento final da carta é que discutamos um programa de cotas real, levando em consideração todo o acúmulo acadêmico, dos movimentos sociais, da comunidade universitária e da sociedade para que possamos começar um debate a sério. Queríamos propor que a congregação se coloque contrariamente ao PIMESP e que possamos discutir, talvez na próxima reunião, o que nós queremos propor no seu lugar.”. Com a palavra, o funcionário Sergio Ricardo Gaspar disse: “Quero falar da minha experiência pessoal. Fui aluno de escola pública, de escola técnica, da USP e agora estudo em uma universidade federal, o que me habilita a falar sobre o assunto com competência. Os PPIs são humanos e são iguais a todos nós. A questão da meritocracia é

630 importante na universidade, mas não é o único nem o último ponto a ser lembrado. Temos que
631 lembrar que o pobre não vem para a universidade pública, não estou falando do negro e sim do
632 pobre. O PIMESP cria uma sala virtual, mas o negro pobre não possui um notebook para
633 acessar este conteúdo, ele não possui o suporte que existe dentro da universidade. Os alunos
634 que fizerem o curso do PIMESP irão conseguir cursar pós-graduação dentro da USP? Por que
635 existe apenas um meio para entrar na faculdade? Porque não há vaga para todo mundo. Eu
636 quero uma universidade que produza conhecimento, e até agora o que foi falado do PIMESP
637 está relacionado a mera informação e a mercado.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena
638 Pereira Toledo Machado disse: “Queríamos organizar, em nome da comissão de cotas, o que
639 aconteceu hoje e fazer uma proposta. Achamos que os debates, não apenas o de hoje, vêm
640 acumulando conhecimento crítico com relação a esse projeto. Como organizamos todas as
641 versões, pudemos ter noção das alterações que ocorreram à proposta. Tivemos o coroamento de
642 um esclarecimento, que é o fato da UNIVESP se tornar a quarta universidade. Nós não teremos
643 nenhuma influência sobre ela, não será departamentalizada e será voltada para a formação de
644 trabalhadores. O projeto do PIMESP parece a lei dos sexagenários, recuo num avanço muito
645 grande que o país está tendo. Estando esclarecido que a UNIVESP não pode ficar enroscada
646 dentro das nossas universidades, pois ela possui objetivos diferenciados, temos que fazer uma
647 declaração contra este projeto argumentando a questão da autonomia, e aí podemos partir para
648 a proposta. A Zilda lembrou da nossa discussão de novembro, ela foi muito legal, mas não
649 houve votação. A comissão de cotas assume a posição das cotas de 50% social e 30% racial,
650 mas obviamente é a congregação que deve discutir e votar o tema, não hoje, pois a comissão já
651 está esvaziada. Eu gostaria de propor um não ao PIMESP, pois este projeto não atende, ele não
652 é cota. A comissão de cotas tem sofrido manipulação de suas opiniões, pois elas são muitas
653 vezes mal colocadas e mal utilizadas. Este projeto não tem nada a ver com a universidade
654 pública como elas existem hoje, como disse a Valéria. Ele deve ser considerado por um outro
655 viés. Temos que ter clareza de qual é a nossa posição para que em seguida possamos pensar em
656 propostas. A comissão propõe que seja avaliada a proposta de cotas 50% social e 30% racial.”.
657 Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “A congregação não possui uma posição.
658 A comissão de cotas propõe que hoje nos posicionemos sobre o PIMESP, para que possamos
659 chamar a discussão das políticas de cota. A posição que tomarmos com relação ao PIMESP vai
660 definir qual é o tipo de proposta que queremos para as políticas afirmativas. No meu
661 Departamento de Antropologia, em reunião na semana passada, analisamos o PIMESP e
662 decidimos contrariamente ao ele, e a favor a uma política de cotas tanto na graduação quanto na
663 pós-graduação. Iremos começar este debate na pós-graduação. É fundamental que os
664 departamentos e os colegiados comessem a se posicionar, pois se isso não ocorrer tudo vai

665 acontecer como está acontecendo, ou seja, ficaremos sem propor nada e reféns de projetos
666 externos como o PIMESP.”. Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Júnior disse: “Tenho
667 uma pergunta à Maria Helena e ao Vagner. Pelo que eu entendi vocês concordam com as metas
668 de 50% e 30%, mas se opõem ao PIMESP porque vocês estão em desacordo com o ISSIS?
669 Dificilmente o ISSIS será aprovado aqui na universidade, e o que provavelmente se fará é uma
670 reforma no INCLUSP, de modo a que ele se ajuste a uma demanda maior. Como vocês veem
671 isso?”. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “Temos que diferenciar os
672 diversos tipos de ação afirmativa. O INCLUSP não é uma ação afirmativa baseada em cotas,
673 ele disponibiliza bônus e pontos para aqueles oriundos do ensino público. Vimos que ele não
674 possui impacto em termos de alunos PPIs, pois ele não incide sobre esta variável. Seria muito
675 interessante se houvesse formas de aprimorar o INCLUSP, inserindo a questão das cotas tal e
676 qual ela deve ser colocada. É difícil pensarmos em uma proposta como o PIMESP que fala de
677 metas, já que neste caso é desejável que elas sejam cumpridas, mas se elas não forem atingidas
678 não haverá problemas, pois são apenas metas. É muito provável que elas não sejam atingidas
679 em cursos muito concorridos, como na engenharia. Agora, se há projeto de reserva de vagas,
680 deverá existir uma política de inserção e de permanência para estes alunos. Enquanto não
681 houver reserva de vagas, as políticas ficarão baseadas em metas.”. Com a palavra, a Profa.
682 Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Na versão 5, a generalidade das metas ficou
683 estabelecida mais claramente. O ISSIS se propõe a atingir 40% da meta, e os outros 60% viriam
684 pelo INCLUSP ou por outras ferramentas. A análise que fizemos concluiu que o INCLUSP é
685 um programa positivo de bônus, aumentou o ingresso de alunos de escola pública, mas ele
686 aumentou muito pouco o ingresso étnico racial. As escolas técnicas e as escolas de bairro
687 central são a origem dos alunos que se beneficiam do INCLUSP. Nos lugares onde temos a
688 massa da população negra, extremo norte e sul, não houve escola pública que conseguiu passar
689 seus alunos, mesmo com o INCLUSP. Concluímos que no atual modelo, o INCLUSP não
690 possui ferramentas para atingir esta meta.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse:
691 “Estou preocupada pois há convocação do CO para o dia 26. Todos nós percebemos que há
692 pressão para que aprovemos o programa. O Reitor da UNESP declarou na Assembleia
693 Legislativa que a sua instituição irá aprovar. Estamos em uma situação política muito delicada
694 e devemos pensar um pouco nisso para que assumamos uma posição com responsabilidade. O
695 primeiro problema que a proposta me coloca é ético. Ela está sendo apresentada para a
696 sociedade como uma proposta que vai incluir os PPIS nas universidade de São Paulo. Porém,
697 ela não é isso. Precisamos nos posicionar para não contribuir com esta distorção que estão
698 querendo passar para a sociedade que nos sustenta. Eu não sei se o encaminhamento que a
699 Maria Helena e o Vagner fizeram contemplam toda a congregação. Em primeiro lugar

700 precisamos demandar por mais tempo de discussão, e em segundo a proposta apresentada tem
701 outro programa para o ensino superior, diferente do existente. Podemos nos dispor a discutir a
702 formação de um quarto sistema universitário para São Paulo, colaborando com ele, mas não
703 podemos nos confundir como se ele fosse a adoção de mecanismos de inclusão imediata nas
704 universidades paulistas. A oposição ao PIMESP precisa ser qualificada. A minha avaliação é
705 que muitos no CO esperam este posicionamento. Precisamos marcar uma posição da
706 congregação, dando respaldo para a nossa direção e ao nosso representante junto ao CO.
707 Reconhecemos a iniciativa em criar um novo sistema de ensino superior, atitude louvável e que
708 queremos discutir como podemos contribuir para isso. Outra questão é como as universidade
709 vão estabelecer o processo de discussão e de adensamento dos programas existentes, conforme
710 um calendário, e que devem responder a demandas sociais postas pelos movimentos sociais e
711 pelo CRUESP, conforme a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.”. Com a palavra, a
712 Profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Não acho que devemos logo de cara dizer
713 que iremos colaborar com a UNIVESP. Temos que antes pedir mais esclarecimentos. Devemos
714 questionar como será sua estrutura e como poderemos colaborar, já que nos moldes atuais nós
715 não temos onde colaborar. Se o projeto for para formar uma faculdade de curta duração, ligada
716 a profissionalização, aí sim poderemos contribuir.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu
717 gostaria de lembrar uma coisa importante. Não acho que devemos de início atrelar uma
718 reflexão crítica sobre o PIMESP, qualquer que seja a nossa posição. O que que acontece
719 politicamente aqui? Iremos encontrar um grupo de pessoas que é contra o PIMESP por ele
720 relativizar o mérito. Por outro lado haverá aqueles que dirão que o projeto não serve porque a
721 política correta é a política de cotas. Assim, ficaremos polarizados. A Valéria disse algo muito
722 importante, pois eu já fui interpelado diversas vezes por outras faculdades a respeito da posição
723 da FFLCH com relação ao tema das cotas. A apreciação deve ser substantiva, reunindo quais
724 são os argumentos que podemos problematizar. Devemos expor que existem outras propostas
725 que estão sendo estudadas e gestadas que vão ser apresentadas ao debate.”. Com a palavra, a
726 funcionária Marie Marcia Pedroso disse: “Me questionaram como eu sabia que na próxima
727 semana haverá reunião do CO. Eu entrei em contato com a secretaria geral para discutir sobre
728 um processo e eles me informaram que eu só teria resposta dele após a reunião do CO no dia
729 26.”. Com a palavra, o Prof. Adrián Pablo Fanjul disse: “Acabei de checar o meu e-mail e ainda
730 não me enviaram a pauta do CO.”. Com a palavra, o representante discente Camilo Henrique
731 Fernando Martins disse: “Os estudantes também estão de sobreaviso desde o dia de ontem de
732 que terça-feira haverá reunião do CO. Acredito que estamos num momento divisor de águas da
733 discussão sobre o mérito do PIMESP. Na discussão que acumulamos sobre o acesso à
734 universidade, o PIMESP não responde ao mérito de um projeto de inclusão. O governo quer

735 colocar uma proposta de inclusão em um momento que a sociedade está polarizada na
736 discussão de cotas. É fundamental a qualificação do porque não aceitamos o PIMESP, já que
737 ele não propõe nada de afirmativo, mas sim uma formação semipresencial com um contingente
738 de trabalhadores semiespecializados. Não é nosso mérito discutir isso agora, porque isso é uma
739 proposta do governo. É importante qualificarmos a nossa contrariedade ao PIMESP, como
740 fizeram as congregações de São Carlos e do IGC, manifestando nosso posicionamento
741 favorável às cotas, já que a mídia há algum tempo atrás saiu dizendo que a USP era contra a
742 política de adoção de cotas.”. Com a palavra, a Profa. Maria Elisa Siqueira Silva disse: “Como
743 podemos defender algumas posições que já estão definidas pela congregação? A discussão da
744 inclusão por cotas cria o dualismo no debate na opinião pública. Todos sabem do avanço da
745 privatização do ensino superior no nosso Estado e as consequências que isso traz para a nossa
746 universidade. Muitos dos denominados PPIs estão inseridos no sistema privado de ensino
747 superior. Essa é a realidade do ensino no nosso Estado, essa população já está incluída no
748 ensino superior. Eu gostaria de saber se há a possibilidade de nossa faculdade fazer o
749 levantamento do que significa os PPIs no ensino superior privado em termos políticos. Eu vejo
750 que o movimento estudantil não leva em consideração este dado, contrariamente aos últimos
751 governos do Estado de São Paulo que vêm paulatinamente estreitando a parceria com o
752 empresariado do ensino privado. O que nós representamos para o ensino superior no nosso
753 Estado? Eu não gostaria que a nossa universidade tirasse uma posição que não considerasse
754 estes dados. O Brasil tem passado, nos últimos 10 anos, por uma política geral que tende ao
755 populismo, o que não é do feitio das decisões da nossa universidade.”. Com a palavra, o Senhor
756 Diretor disse: “Gostaria de lembrar um dado, sem fazer julgamento de valor. As três
757 universidades públicas logram 5% dos formandos, e o custo é de 10% do PIB do Estado. A
758 universidade não é apenas formação, mas também pesquisa, extensão, pós-graduação. A partir
759 do texto da professora Eunice fiquei sabendo que muitos alunos pobres e negros vêm de escola
760 privada com bolsa, o que nos leva a ter que discutir o critério da escola pública, pois uma parte
761 substantiva desta população não será alcançada. Segundo o que o professor Vagner falou, nós
762 precisamos ter metas, não podemos trabalhar aleatoriamente esperando que teremos algum
763 resultado daqui a dez anos. Como já foi discutido em uma das análises que eu vi, o programa
764 em discussão é caro e não inclui muita gente, pois iremos aumentar de 5% para 9%. Temos que
765 discutir quais modelos podem alargar a participação em prazos curtos, médios e longos,
766 permitindo reverter este quadro. Por mais que apelemos a argumentos como a melhoria do
767 ensino básico ou como podemos estabelecer novas formas de atenção à escola, mesmo assim
768 não podemos ignorar o argumento da projeção. Temos um programa de cotas, qual é o seu
769 impacto?”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “35% dos 400 mil

770 formandos são PPIs, o que representa 140 mil jovens. Quantos desses vão entrar por meio de
771 cotas? Como será feita esta seleção? Precisaremos ter um vestibular específico para cotistas?”.
772 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Acho que já estamos em condições de fazer o
773 encaminhamento, que pelo que eu entendo, são dois, o da Valéria e o da congregação recusar o
774 PIMESP.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Basicamente, a minha proposta
775 era propor que a congregação identifique duas ações ou duas intenções de ações diferentes e
776 que, por isso, queremos discuti-las separadamente. Tal como o projeto está apresentado, nós
777 não aceitaríamos acoplar o PIMESP aos cursos das universidades paulistas. No fim, estamos
778 falando não ao PIMESP, mas estamos dizendo o porquê ao distinguir as duas questões
779 diferentes que eles estão embolando na implantação ou na transformação do ensino superior do
780 Estado de São Paulo. Uma delas é o PIMESP que possui seleção, programação, gestão e
781 financiamento separados, que são os institutos comunitários. Por outro lado há a demanda do
782 CRUESP para a discussão da ampliação da inclusão nas universidades públicas paulistas.
783 Devemos discutir separadamente estas duas coisas. Como cidadã, eu quero poder opinar e
784 discutir sobre como será a constituição de um quarto modelo de universidade, com
785 financiamento que não irá interferir no 9,57%, porém os 9,57% são votados a cada ano,
786 diferentemente do recurso da FAPESP que não entra na discussão anual, ele é de 1% do
787 orçamento do Estado de São Paulo, isso é constitucional e é diferente do nosso financiamento.
788 Eu quero disputar recursos e quero saber como eles serão gastos. O encaminhamento é que
789 façamos um documento que analise a proposta separando o joio do trigo, dizendo que o atual
790 projeto não irá alterar a relação da universidade atualmente constituída com o suposto grupo
791 excluído.”. Com a palavra, o Prof. Brasília João Sallum Júnior disse: “Pelo que eu entendi, a
792 Valéria está propondo que nós façamos uma distinção entre o sistema de inclusão, como as
793 cotas por mérito, e o ISSIS, que não tem sentido como meio de seleção de alunos que nós
794 queremos incluir na universidade, mas que pode ser considerado como outro sistema
795 universitário e que pode ser uma alternativa aos indivíduos que recorrem às instituições
796 privadas. Acho que ela está apoiando o ISSIS não como mecanismo de acesso, mas como
797 modelo para a criação de outra universidade. Temos que indicar quais os mecanismos que
798 achamos conveniente utilizar para selecionar os alunos para atingir as tais metas, o que é outra
799 discussão. É por isso que eu perguntei anteriormente para a Maria Helena e para o Vagner se
800 eles contemplariam a ideia de reformar o INCLUSP para que ele possa nos ajudar a atingir as
801 metas. Reforço escolar para os estudantes, como comentaram que acontece na física, é o tipo de
802 coisa que a universidade deveria prover, eventualmente captando recursos externos.”. Com a
803 palavra, a Profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado disse: “Acho que a nossa questão
804 enquanto universidade é dizer se aceitaremos o PIMESP ou não. O PIMESP está voltado para

805 outro fim que não é o objetivo desta universidade, ele não está voltado para a formação a que
806 nós nos dedicamos e sim para a profissionalização. Do jeito que a grade curricular do ISSIS se
807 encontra hoje, não podemos dizer que colaboramos ou que referendamos. Nós não somos
808 contra uma universidade voltada para a profissionalização, mas temos que discutir se a
809 UNIVESP será profissionalizante, se o tipo de fundação é a que queremos, se nós apoiamos os
810 seus instrumentos e se suas disciplinas são as que achamos que irão profissionalizar. Estamos
811 longe disso. Enquanto mecanismo de inclusão na USP, nós desta faculdade não vemos esse
812 mérito no PIMESP.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu quero lembrar os termos da
813 correspondência que chegou até nós: ‘solicito as providências de vossa senhoria para que tal
814 proposta seja apresentada e discutida no âmbito desta unidade, esperando este gabinete receber
815 no prazo de 60 dias, a partir de 28/01/2013, sua respectiva manifestação com comentários e
816 sugestões sobre o assunto’. É isso que está no documento. Não basta dizer não, precisamos ter
817 comentários substantivos.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado
818 disse: “Acho que a carta da congregação do IFCH da UNICAMP fez isso muito bem.
819 Poderíamos subscrever uma parte, principalmente a versão 5 que esclarece os objetivos do
820 PIMESP, agregando documentos que já foram feitos.”. Com a palavra, o Prof. Milton Meira do
821 Nascimento disse: “A congregação deveria dizer no CO que uma proposta de tal complexidade
822 deveria dispor de mais tempo para a reflexão. Não temos condições para disponibilizar um
823 encaminhamento. Ainda nem votamos a questão das cotas. Hoje, por exemplo, eu votaria
824 contra elas, pois eu sou contra cotas raciais e a favor de cotas sociais. Estão querendo criar uma
825 nova universidade, o tempo deve ser estendido por uma questão prática.”. Com a palavra, o
826 Senhor Diretor disse: “A continuidade do ofício é a seguinte: ‘as contribuições recebidas das
827 unidades/órgãos da USP servirão de subsídios para posterior tramitação da proposta nos órgãos
828 colegiados da universidade.’. Eu duvido que este assunto vá entrar na pauta da próxima reunião
829 do CO.”. Com a palavra, a Profa. Maria Celia Pereira Lima Hernandes disse: “Espero que a
830 minha fala possa trazer algum subsídio para a nossa discussão. Não tenho nenhuma proposta.
831 Eu sou uma PPI, sou filha de preto com índio, mas no meu RG eu sou branca, apesar de ter
832 uma irmã parda. De que modo a segmentação das cotas do PIMESP iria contribuir para a minha
833 família? O critério que nos tornaria iguais é social, e não o de raça e cor. A história da FFLCH
834 é de inclusão desde a sua criação. Temos um argumento histórico para sustentar um não ao
835 PIMESP. Eu presto assessoria à FATEC e ao ENEM e posso dizer com números que devemos
836 acabar com esta tabela que está aqui. Muitas unidades da FATEC foram construídas a toque de
837 caixa. O que temos aqui é o resultado de dois vestibulares, um no início e outro no meio do
838 ano. O primeiro grupo é aquele que não quer USP e vai prestar FATEC, o segundo grupo é o
839 do segundo vestibular, pois eles foram recusados em todas as outras universidades e prestam

840 FATEC. A tabela foi construída de modo equivocado, não podemos pensar em percentuais
841 brutos, mas em percentuais relativos. Neste caso, eu acredito que a USP é a primeira a incluir, o
842 que faz com que o valor que está aqui na tabela seja falso. O ENEM não pode ser usado como
843 critério de avaliação ou seleção, pois a correção não é séria, os corretores trabalham em casa
844 pelo computador e quando não é possível entender a prova, mesmo assim tem que dar nota. Da
845 minha experiência como aprendiz eu percebo que o curso semipresencial proporciona
846 semiaprendizado, já que é na interação que ocorrem os *insights* necessário. Se já existe a
847 UNIVESP, por que estão querendo empurrar o PIMESP para nós que não somos um curso
848 semipresencial?”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato disse: “Concordo com
849 o Prof. Milton. A questão é muito complexa e tem muitos aspectos. O adequado seria que
850 disséssemos que fizemos uma ampla discussão, mas que, atualmente, não nos sentimos em
851 condição de fazer alguma avaliação. Corremos o risco de nos expor e posteriormente podemos
852 nos arrepender.”. Com a palavra, o Prof. Cícero Romão Resende de Araújo disse: “Após
853 escutar a proposta da Profa. Valéria, eu gostaria de sugerir um encaminhamento. Estamos
854 discutindo um encaminhamento da faculdade para o público externo. Pareceu-me que a Valéria
855 estava pensando em apresentar uma posição que tenha repercussão no CO, que o sensibilize. A
856 questão não é somente a posição substantiva, mas o modo como iremos vazar isso no CO.
857 Acho que podemos contribuir para a próxima reunião do CO, com a análise de que a proposta
858 junta duas coisas que não deveriam estar juntas: a discussão sobre inclusão e a discussão sobre
859 a criação de um novo modelo de ensino superior. Como podemos sensibilizar o CO? Existe um
860 erro fatal interno à proposta. Acredito que atualmente o melhor meio de nós intervirmos na
861 discussão com o público externo é darmos esta contribuição analítica, vazando uma posição
862 com palavras sutis no que diz respeito à contradição da proposta.”. Com a palavra, o
863 representante discente Camilo Henrique Fernando Martins disse: “A pauta será discutida no
864 CO sim, por isso temos que sair daqui com um posicionamento concreto e fechado.
865 Infelizmente a proposta que estão nos dando para discutirmos o projeto não pode ser cumprida
866 por dois motivos. A resposta que a proposta vem dar é sobre a demanda social no sentido da
867 inclusão, mas nós não estamos discutindo inclusão e sim formação de mão de obra
868 profissionalizante, descriminalização negativa, valor das bolsas. Não precisamos entrar neste
869 mérito já que a discussão se propõe a ser uma proposta por uma demanda social no sentido de
870 avançar na democratização do acesso à universidade, o que o projeto não cumpre pois não é a
871 sua proposta. Temos que ter clareza para não atropelar as nossas discussões, porque não é
872 possível que disponibilizemos instrumentos para metas que nós não criamos. Temos que abrir a
873 discussão sobre inclusão na universidade, pois ela não existe.”. Com a palavra, o aluno Gabriel
874 Luis Scheffer Regensteiner disse: “Quero fazer uma proposta de encaminhamento. Pelas

875 intervenções que foram feitas até agora, eu não vi ninguém defender o PIMESP. Proponho que
876 nos posicionemos contrariamente ao PIMESP, expondo os nossos argumentos e propondo o
877 posicionamento de que se debata sobre o tema da inclusão para posteriormente levá-lo ao CO.”.
878 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Farei um encaminhamento. Foram apresentadas várias
879 críticas, muitas delas substantivas. Acredito que a proposta do Cícero contempla a maioria
880 delas ao levantar a questão da contrariedade interna à proposta, que erroneamente junta
881 inclusão e um novo modelo de universidade. Em decorrência disso, como achamos que a
882 discussão deve ser sobre inclusão e cotas, esta faculdade se propõe a estudar melhor a
883 questão.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “Eu prefiro que haja votação
884 entre suas diferentes propostas, pois me parece que a proposta feita pelos estudantes é um
885 pouco diferente da proposta do Cícero. A proposta número um seria expor o problema e não
886 declarar o voto. A proposta número dois, dada pelos alunos, seria expor claramente a opinião
887 contrária ao PIMESP, ainda com a mesma justificativa da proposta anterior.”. Com a palavra, o
888 Prof. André Roberto Martin disse: “Acho que o Cícero sintetizou bem. Além das posições de
889 princípio, temos que ter em mente a viabilidade do que vamos fazer. É contraditório quem
890 apoia cotas raciais rejeitar o PIMESP. Se o objetivo central do PIMESP é aumentar a presença
891 de negros na universidade. Mas se compreendemos uma contradição insanável dentro da
892 proposta, nós colocamos dois obstáculos para que a coisa siga do jeito que está. Uma é a falta
893 de tempo para a discussão e outra é que são duas questões diferentes. Não acho que é
894 necessário ficarmos esbravejando que somos contra, acho melhor dizermos o porquê.”. Com a
895 palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu estou preocupado com a atitude política, o que para mim é
896 importante. Temos que construir uma liderança, o que não acontece apenas com os nossos
897 antigos pares; temos que convencer faculdades como a medicina. Se você chega dizendo
898 PIMESP não, você está dizendo como aqueles que não aceitam nenhum programa de inclusão.
899 Isso é política. Temos que expor a nossa contrariedade ao projeto do PIMESP, mas ao mesmo
900 tempo temos que dizer que como está nós não aceitamos. Nós estamos dispostos a discutir o
901 programa de inclusão, que aborde a inclusão de negros e pobres. De todas as discussões que
902 tivemos aqui eu não escutei este argumento.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Pereira
903 Toledo Machado disse: “Eu concordo com o Adorno. Temos que dizer que na discussão vimos
904 uma contradição entre a formação de uma quarta universidade de ensino a distância e a política
905 de inclusão, por isso não podemos aprovar o PIMESP como programa de inclusão. Devemos
906 dizer, ainda, que a congregação está discutindo políticas de inclusão mais consolidadas e
907 adequadas para a universidade. Se formos fazer um documento minucioso, teremos muito mais
908 trabalho e demorará mais tempo.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Temos como reunir
909 material para o documento, mas eu acho que o foco tem que ser a tensão permanente entre a

910 ideia de que é um programa que se apresenta como de inclusão, porém está discutindo um novo
 911 modelo de universidade. O programa nos parece não viável.”. Com a palavra, o Prof. João
 912 Roberto Gomes de Faria disse: “Em nenhum dos documentos que nós lemos foi feita esta
 913 análise que nasceu da fala da Valéria e que o professor Cícero explicitou. Este novo olhar sobre
 914 o documento do PIMESP vai dar uma dimensão maior da nossa contribuição ao debate.”. Com
 915 a palavra, o Senhor Diretor disse: “O encaminhamento ficará da seguinte forma: Nós não
 916 aceitaremos esta proposta porque ela possui contradição interna, o que torna o projeto
 917 inexecutável. Reivindicamos tempo pois a congregação está estudando propostas alternativas de
 918 inclusão fundamentadas.”. Após votação, a proposta foi **APROVADA** com duas abstenções.
 919 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Eu sugiro que resgatemos a fala do professor
 920 Carlos Vogt, pois eu me lembro que em algum momento da sua fala ele diz que de fato são
 921 duas coisas separadas. Poderemos citar textualmente a sua fala.”. **1.1. RESOLUÇÃO COG nº**
 922 **6490, de 24.01.2013, que trata sobre os procedimentos para análise de pedidos de**
 923 **revalidação de diplomas de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de**
 924 **ensino superior. Conforme disposto no Artigo 1º das Disposições Transitórias da Resolução,**
 925 *as Unidades deverão encaminhar à Pró-Reitoria de Graduação, até 29.03.2013, seus*
 926 *procedimentos internos específicos adicionais, mas não conflitantes aos da Resolução, se*
 927 *houver, referentes à análise e avaliação da equivalência entre os cursos e da capacitação do*
 928 *interessado, conforme disposto no caput do Artigo 4º da Resolução. As Unidades que opinarem*
 929 *por não adotar procedimentos específicos também deverão informar à Pró-Reitoria de*
 930 *Graduação suas decisões. (Minuta enviada para todos os membros junto com a convocação).*
 931 Após votação, a proposta foi **APROVADA**. **1.3. DISCUSSÃO DO TEMA: COTAS**
 932 **RACIAIS NA USP** *(apresentação de avaliação da Comissão designada pela Congregação)*
 933 **1.4. CRIAÇÃO DA PUBLICAÇÃO E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL. O Prof.**
 934 **Dr. Mário Eduardo Viaro (DLCV e NEHiLP) solicita a criação da série monográfica**
 935 **Arquivos do NEHiLP do Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua**
 936 **Portuguesa - (Proc: 13.1.942.8.6).** *(v. anexo, cópia da solicitação e proposta encaminhadas*
 937 *pela chefia do DLCV).* Após votação, o parecer foi **APROVADO**. **2. INGRESSO NO**
 938 **PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** *(votação aberta, em bloco, sem prejuízo de*
 939 *pedidos de destaque).* **2.1.** A Professora Doutora **PAULA MONTERO** encaminha pedido para
 940 ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Antropologia (Proc.:
 941 13.1.743.8.3) **2.2.** O Professor Doutor **MARIO BRUNO SPROVIERO** encaminha pedido de
 942 renovação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Orientais (Proc.
 943 10.1.5203.8.4). Após votação, os itens foram **APROVADOS**. **3. CONCURSO DOCENTE –**
 944 **EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S)**

945 **CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE,**
 946 **ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA –**
 947 **votação secreta. 3.1.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor, em
 948 RDIDP, ref. MS-3, para o Departamento de Letras Modernas, área de Língua e Literatura
 949 Italiana, disciplina Língua Italiana, conforme Edital FFLCH/ FLM n°. 034/2012, publicado em
 950 18/12/2012. (Proc.: 12.1.5472.8.7) **3.1.1. EXAME FORMAL - Relatora:** Profa. Dra.
 951 Esmeralda Vailati Negrão (DL) – **PARECER FAVORÁVEL.** **3.1.2. Os Professores**
 952 **Doutores Rosemary Irene Castañeda Zanette, Julia Scamparini Ferreira, Edson Roberto**
 953 **Bogas Garcia, Sara Debenedetti, Pedro Faleiros Heise, Roberta Ferroni e Josefina Eloína**
 954 **Ribeiro** apresentam requerimentos de inscrição para o concurso acima. Após votação secreta,
 955 os requerimento foram **APROVADOS** por 39 votos favoráveis e 1 voto contrário. **3.1.3. O**
 956 **DLM** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
 957 **TITULARES:** Giliola Maggio (DLM-FFLCH, Doutora) = 34 votos, Fernanda Landucci Ortale
 958 (DLM-FFLCH, Doutora) = 31 votos, Rodolfo Ilari (UNICAMP, Doutor) = 36 votos, Daniela
 959 Norci Schroeder (UFRGS, Doutora) = 29 votos e Isabel Gretel Erez Fernández (FE-USP,
 960 Doutora) = 33 votos. **SUPLENTE:** Paola Giustina Baccin (DLM-FFLCH, Livre-docente) = 7
 961 votos, Ângela Maria Tenório Zucchi (DLM-FFLCH, Doutora) = 1 voto, Marilei Amadeu
 962 Sabino (UNESP, Doutora) = 5 votos, Luiz Ernani Fritoli (UFPR, Doutor) = 4 votos e Sílvia La
 963 Regina (UFBA, Doutora) = 3 votos. **4. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE –**
 964 **votação secreta. 4.1.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor do
 965 Departamento de Letras Modernas, área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e
 966 Hispano-Americana, disciplina de Literatura Espanhola, conforme Edital FFLCH/FLM n°.
 967 014/2012, publicado em 21/09/12 (Proc. n°. 12.1.3333.8.0). (v., *anexo, cópia do relatório final*
 968 *da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 25 a 26 de fevereiro de 2013, tendo*
 969 *sido reprovada a Professora Doutora Susana Echeverria Echeverria). Após votação, o*
 970 *relatório final foi APROVADO por 40 votos favoráveis. 4.2.* Concurso público de títulos e
 971 provas visando à obtenção do título de Livre Docência do Departamento de Letras Modernas,
 972 área de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, disciplina Língua Inglesa, conforme Edital
 973 FFLCH n°. 010/2012, publicado em 04/07/12 (Prot. n°. 12.5.674.8.8). (v., *anexo, cópia do*
 974 *relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 27 a 29 de fevereiro de*
 975 *2013, tendo sido aprovada e indicada a Professora Elizabeth Harkot de La Taille). Após*
 976 *votação, o relatório final foi APROVADO por 40 votos favoráveis. 4.3.* Concurso público para
 977 provimento de três cargos de Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e
 978 Vernáculas, área de Literatura Brasileira, conforme Edital FFLCH/FLC n°. 025/2012,
 979 publicado em 01/09/12 (Procs. n°. 12.1.4284.8.2, 12.1.4924.8.1 e 12.1.4925.8.8). (v., *anexo,*

980 *cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 18 a 28 de*
981 *fevereiro de 2013, tendo sido aprovados os candidatos Professores Doutores Priscila Loyde*
982 *Gomes Figueiredo, André Luis Rodrigues e Marcos Roberto Flamínio Peres). Após votação, o*
983 *relatório final foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis. 4.4. Concurso público para*
984 *provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Antropologia, área de*
985 *Antropologia das Formas Expressivas/Teoria Antropológica, conforme Edital FFLCH/FLA n.º.*
986 *022/2012, publicado em 01/09/12 (Proc. n.º. 12.1.3750.8.0). (v., anexo, cópia do relatório final*
987 *da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 04 a 07 de março de 2013, tendo sido*
988 *aprovado o candidato Professor Doutor Pedro de Niemeyer Cesarino). Após votação, o*
989 *relatório final foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis. 4.5. Concurso público para*
990 *provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Antropologia, área de*
991 *Antropologia Urbana/Teoria Antropológica, conforme Edital FFLCH/FLA n.º. 023/2012,*
992 *publicado em 01/09/12 (Proc. n.º. 12.1.3749.8.1). (v., anexo, cópia do relatório final da*
993 *Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 11 a 14 de março de 2013, tendo sido*
994 *aprovada a candidata Professora Doutora Silvana de Souza Nascimento). Após votação, o*
995 *relatório final foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis. 4.6. Concurso público para*
996 *provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Antropologia, área de*
997 *Etnologia/Teoria Antropológica, conforme Edital FFLCH/FLA n.º. 024/2012, publicado em*
998 *01/09/12 (Proc. n.º. 12.1.3748.8.5). (v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora*
999 *do citado concurso, realizado de 12 a 15 de março de 2013, tendo sido aprovada a candidata*
1000 *Professora Doutora Marina Vanzolini Figueiredo). Após votação, o relatório final foi*
1001 **APROVADO** por 40 votos favoráveis. **5. ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO –**
1002 **PROFESSOR DOUTOR. 5.1.** O Departamento de Geografia solicita abertura de edital para
1003 concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em
1004 RDIDP, área de Geografia Econômica (Proc.: 13.1.865.8.1). (v. anexo, cópia do programa
1005 aprovado pelo Conselho do Departamento em 18/12/2012). Após votação, o item foi
1006 **APROVADO. 5.2.** O Departamento de Geografia solicita abertura de edital para concurso
1007 público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP,
1008 área de Estágio Supervisionado de Ensino de Geografia e Material Didático (Proc.:
1009 13.1.866.8.8). (v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em
1010 18/12/2012). Após votação, o item foi **APROVADO. 5.3.** O Departamento de Geografia
1011 solicita abertura de edital para concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor
1012 Doutor, referência MS-3, em RDIDP, área de Geomorfologia/Hidrografia (Proc.: 13.1.867.8.4).
1013 (v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 18/12/2012).
1014 Após votação, o item foi **APROVADO. 5.4.** O Departamento de Geografia solicita abertura de

1015 edital para concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência
 1016 MS-3, em RDIDP, área de Teoria e Método da Geografia (Proc.: 13.1.868.8.0). (v. *anexo, cópia*
 1017 *do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 18/12/2012*). Após votação, o item
 1018 foi **APROVADO**. **5.5.** O Departamento de Letras Orientais solicita abertura de edital para
 1019 concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em
 1020 RDIDP, área de Língua e Literatura Chinesa, disciplina: Literatura Moderna Chinesa (Proc.:
 1021 13.1.982.8.8). (v. *anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em*
 1022 *13/03/2013*). Após votação, o item foi **APROVADO**. **6. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO –**
 1023 **RECURSOS. 6.1.** O Sr. **JOÃO PEDRO DA SILVA PARO**, aluno do curso de Ciências
 1024 Sociais, solicita em grau de 2º recurso à Congregação, pedido de retificação de matrícula fora
 1025 de prazo (Proc. 12.1.3551.8.7). (v. *anexo, cópia do parecer da Comissão de Graduação e do*
 1026 *relator da Congregação, Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria*). Após votação, o parecer foi
 1027 **APROVADO** com um voto contrário. **6.2.** A Sra. **JACQUELINE MORAES TEIXEIRA**
 1028 **KAWAUCHE**, aluna do curso de Ciências Sociais, solicita em grau de 1º recurso à
 1029 Congregação, pedido de transferência interna para o Curso de Filosofia (Proc. 04.1.4840.8.4).
 1030 (v. *anexo, cópia do parecer da Comissão de Graduação e do relator da Congregação, Prof.*
 1031 *Dr. João Roberto Gomes de Faria*). Após votação, o parecer foi **APROVADO**.
 1032 **ADITAMENTO: 1. INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** (*votação*
 1033 *aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*). **1.1.** A Professora Doutora **SANDRA**
 1034 **MARIA SILVA PALOMO** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior
 1035 junto ao Departamento de Letras Orientais (Proc.: 13.1.1135.8.7). **1.2.** A Professora Doutora
 1036 **OLGÁRIA CHAIN FERES MATOS** encaminha pedido para ingresso no Programa de
 1037 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1020.8.5). **1.3.** O Professor
 1038 Doutor **VICTOR KNOLL** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior
 1039 junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1021.8.1). **1.4.** O Professor Doutor **LUIZ**
 1040 **HENRIQUE LOPES DOS SANTOS** encaminha pedido para ingresso no Programa de
 1041 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1022.8.8). **1.5.** O Professor
 1042 Doutor **LÉON KOSSOVITCH** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor
 1043 Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1023.8.4). **1.6.** A Professora Doutora
 1044 **MARILENA DE SOUZA CHAUI** encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor
 1045 Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1024.8.0). Após votação, os itens foram
 1046 **APROVADOS**. **2. ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO – PROFESSOR DOUTOR.**
 1047 **2.1.** O Departamento de Filosofia solicita abertura de edital para concurso público para
 1048 provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, disciplina de
 1049 História da Filosofia Medieval (Proc.: 13.1.1025.8.7). (v. *anexo, cópia do programa aprovado*

1050 *pele Conselho do Departamento em 15/03/2013*). Após votação, o item foi **APROVADO**.
1051 Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente passou ao **EXPEDIENTE**.
1052 **1.** Justificaram a ausência os seguintes membros: Elias Thomé Saliba, Sylvia Basseto, Raquel
1053 Glezer Laura Izarra, Maria Teresa Celada. **2.** Comunico a indicação da profa. Doutora Maria
1054 Celia Pereira Lima Hernandez como representante suplente do Departamento de Letras
1055 Clássicas e Vernáculas Junto à Comissão de Pesquisa. **3.** Comunico a indicação dos profs.
1056 Doutores Gabriel Steinberg Schwartzman e Deize Crespim Pereira como representantes titular e
1057 suplente do Departamento de Letras Orientais junto à Comissão de Pesquisa. **4.** Comunico a
1058 eleição das Profas. Dras. **Marli Quadros Leite e Paula da Cunha Correa** como chefe e vice-
1059 chefe do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. **5.** Comunico a eleição dos profs.
1060 Doutores **Eduardo Brandão (DF)** e **Silvia Basseto (DH)** como presidente e vice-presidente da
1061 Comissão de Graduação, com mandato a partir de 20.04.2013. Ninguém mais desejando fazer
1062 uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
1063 sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para
1064 Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor Diretor. São
1065 Paulo, 21 de março de 2013.